COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 5.288, DE 2009

(Apenso: Projeto de Lei nº 6.237, de 2009)

Altera os arts. 6º e 9º de Lei nº 8.629,
de 25 de fevereiro de 1993.

Autor: Deputado CARLOS BEZERRA

Relator: Deputado CEZAR SILVESTRI

I - RELATÓRIO

A proposição que ora analisamos, de autoria do nobre Deputado Carlos Bezerra, objetiva alterar os arts. 6º e o § 1º do art. 9º da chamada Lei Agrária, vale dizer, a Lei nº 8.629/93.

Para que os nobres pares tenham uma perfeita percepção de como se pretende alterar referidos artigos, procuraremos ser o mais objetivo possível. Senão, vejamos:

O Art. 6º, em seu *caput*, está assim redigido:

“Art. 6º Considera-se propriedade produtiva aquela que, **explorada econômica e racionalmente**, atinge, **simultaneamente**, graus de **utilização da terra e de** eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão federal competente.”

Grifamos as expressões que o autor pretende excluir da conceituação de propriedade produtiva, que, a seu ver, prescinde tanto da idéia de racionalidade na exploração econômica, como da simultaneidade dos graus

de eficiência na exploração com graus de utilização da terra. Em razão disso, propõe a seguinte redação para referido art. 6º:

“Art. 6º Considera-se propriedade produtiva aquela que atinge graus de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão federal competente.”

No que concerne à alteração do citado § 1º do art. 9º, anotamos que está vigendo com a seguinte redação:

“Art. 9º

§ 1º Considera-se racional e adequado o aproveitamento que atinja os graus de utilização da terra **e de eficiência na exploração** especificados nos §§ 1º a 7º do art. 6º desta lei.”

Como fizemos acima, grifamos a expressão “e de eficiência na exploração”, uma vez que o autor, também aqui, entende que o conceito aproveitamento racional e adequado prescinde da eficiência na exploração. Em razão disso, sugere como redação para o § 1º do art. 9º, a seguinte:

“§ 1º Considera-se racional e adequado o aproveitamento que atinja os graus de utilização da terra especificados nos §§ 1º a 7º do art. 6º desta Lei.”

Estes, os termos do referido Projeto de Lei nº 5.288/09. No prazo regimental nenhuma emenda foi apresentada.

A este projeto foi anexado o Projeto de Lei nº 6.237, de 2009, de autoria do nobre deputado Luiz Carlos Hauly.

Referido projeto objetiva revogar *in totum* o art. 6º da Lei nº 8.629/93 e, em seu art. 2º, impõe às parcelas concedidas nos programas de reforma agrária, a obrigatoriedade do cumprimento da função social.

Lembramos aos membros desta Comissão, que o art. 6º que o projeto pretende revogar, define o que vem a ser a propriedade produtiva. E o faz nos seguintes termos:

“Art. 6º Considera-se propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de

utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão federal competente.”

II - VOTO DO RELATOR

No mérito, estamos com o autor, nobre deputado Carlos Bezerra, que, de maneira sucinta, porém extremamente convincente, assim se expressa:

“Entendemos imprópria a exigência de cumprimento “simultâneo” dos dois índices por considerar que ao atingir o grau de utilização da terra exigido pela lei agrária, o imóvel já comprova o cumprimento do requisito relativo ao aproveitamento racional e adequado da área, referente à sua função social. Isto porque ao falar em “aproveitamento racional e adequado”, o legislador referiu-se a uma exploração agropecuária ajustada à capacidade do solo e, portanto, tratou da utilização e não da eficiência, que é medida pela produção obtida.”

Continuando em sua lúcida e inquestionável argumentação, o Autor observa que:

“O fato de tornar o imóvel rural produtivo, por si só, é capaz de imunizar o imóvel da desapropriação para fins de reforma agrária. Assim sendo, quando o imóvel atinge o grau de utilização da terra e atende também aos outros requisitos para o cumprimento de sua função social, torna-se insuscetível de desapropriação.

Por sua vez, ao atingir o grau de eficiência da exploração, o imóvel também se torna insuscetível de desapropriação, por força do disposto no art. 185, II da Carta Magna, que exclui dos imóveis passíveis de desapropriação os que são produtivos...

As alterações propostas pelo Autor para o art. 9º são uma consequência natural e obrigatória da alteração proposta para o art. 6º, com as quais concordamos.

No que concerne ao Projeto de Lei nº 6.237/2009, de autoria do nobre deputado Luiz Carlos Hauly, algumas ponderações se fazem indispensáveis antes do oferecimento de meu voto.

A Lei Complementar nº 8.629, de 1993, corretamente chamada de Lei Agrária, regulamentou o Capítulo III de nossa Carta Magna, que trata Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. Em outras palavras, deu APLICABILIDADE às disposições constitucionais.

O seu art. 6º, que o Projeto de Lei nº 6.237/93 intende revogar, especifica, detalha os requisitos que, uma vez observados e cumpridos, tornam a propriedade produtiva, imune, portanto, às desapropriações previstas pelo art. 184 da Constituição. Conveniente, neste ponto, lembrar que referido artigo atribui à União competência para desapropriar, por interesse social pra fins de reforma agrária o imóvel que não esteja cumprindo sua função social.

Como tal, o art. 6º vem de se constituir uma verdadeira salvaguarda do direito de propriedade, na medida em que permite identificar uma propriedade produtiva. Salvaguarda não somente relativa ao domínio mas, sobretudo, relativa à POSSE.

Temos que convir que as freqüentes violações dos direitos dos proprietários rurais, vale dizer, as constantes e inaceitáveis invasões de propriedades comprovadamente produtivas, apoiam-se não em uma lacuna ou falha da Lei Agrária.

Imaginem os senhores membros desta comissão se não houvesse disposição legal que especificasse os elementos caracterizadores da função social. Isto é, índices, graus e parâmetros que informassem, como está no art. 6º, o conceito de função social da propriedade rural. Inexistentes estes, teríamos o caos no nosso meio rural, na medida em que não se poderia aferir se uma propriedade seria ou não produtiva.

Ademais, referido projeto de Lei nº 6.237/2009 choca-se frontalmente com o Projeto de Lei nº 5.288/09, ao qual foi apensado.

Posta nestes termos a questão, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.288, de 2009, e pela rejeição de seu apenso, o Projeto de Lei nº 6.237, de 2009, conclamando meus nobres pares a idêntico posicionamento.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado CEZAR SILVESTRI
Relator

2009_12950